

LUCIANA ELISABETE VALIATI

**O PRECONCEITO LINGUÍSTICO NA CIDADE DE CHAPECÓ – SC, SOB A
PERSPECTIVA DA DIALETOLOGIA PLURIDIMENSIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura, UFFS, *Campus* Chapecó, como requisito parcial para aprovação no CCR Trabalho de Conclusão de Curso II.

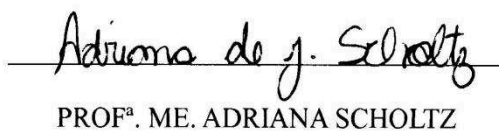
Orientador Prof. Dr. Marcelo Jacó Krug

Este trabalho de conclusão de curso foi defendido e aprovado pela banca em: 23/03/2018.

BANCA EXAMINADORA


PROF. DR. MARCELO JACÓ KRUG


PROF^a. DR^a. CRISTIANE HORST


PROF^a. ME. ADRIANA SCHOLTZ

O Preconceito linguístico na cidade de Chapecó – SC, sob a perspectiva da Dialetoologia Pluridimensional¹

Luciana Elisabete Valiati²

RESUMO

Com o presente trabalho investiga-se a ocorrência de preconceito linguístico a partir da percepção e da fala de oito informantes da cidade de Chapecó – SC. Para alcançar nossos objetivos, optamos por embasar nossas pesquisas e análise na teoria e metodologia pluridimensional e relacional de Thun (1998). Para a coleta e análise dos dados, nossos oito informantes foram divididos em quatro grupos, seguindo os critérios de classe social, gênero e geração. Nossos dados apontam para um reconhecimento da diversidade linguística entre integrantes da Classe alta (Ca³) para com os da Classe baixa (Cb⁴), enquanto que a maioria dos informantes da Classe baixa não percebem diferenças significativas. Já quanto ao gênero e geração, encontramos divergências significativas no que diz respeito aos jovens da Classe baixa em comparação aos demais grupos.

PALAVRAS-CHAVE: Preconceito Linguístico; Dialetoologia Pluridimensional.

Introdução

Este artigo é o resultado de uma pesquisa que investiga, a partir de uma pequena amostra de dados, a realização de preconceito linguístico para com a forma de falar dos habitantes de Chapecó – SC, cuja população é de grande parcela de descendência italiana, alemã e polonesa, além dos descendentes de indígenas e caboclos, entre outros.

Partimos da hipótese de que haja algum tipo de preconceito praticado entre as classes sociais com maior nível de escolaridade em comparação com as de menor nível de escolaridade. Nesse sentido, o presente estudo tem como base a teoria e metodologia da dialetoologia pluridimensional e relacional, ou seja, analisaremos nossos dados não somente com base na sociolinguística, mas também os relacionaremos entre as três dimensões escolhidas para este trabalho: diastrática, diageracional e diassexual.

Para tanto, nosso objetivo de cunho geral é coletar e analisar dados linguísticos que dêem suporte às questões de preconceito linguístico, e de cunho mais específico são: a)

¹Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura, UFFS, *Campus* Chapecó, como requisito parcial para aprovação no CCR Trabalho de Conclusão de Curso II. Orientador Prof. Dr. Marcelo Jacó Krug.

²Acadêmica do Curso de Graduação em Letras Português e Espanhol – Licenciatura, UFFS, *Campus* Chapecó. <lu_valiati@hotmail.com>

³Informantes com nível de escolaridade superior, vide página 16.

⁴ Informantes sem nível de escolaridade superior, vide página 16.

levantar e analisar dados linguísticos, que possam dar suporte às questões de preconceito linguístico; b) verificar a existência ou não de preconceito linguístico a partir dos dados da Classe alta e da Classe baixa (dimensão diastrática); c) investigar a presença de preconceito linguístico entre as diferentes faixas etárias dos informantes (dimensão diageracional); d) descrever a existência ou não do preconceito linguístico entre homens e mulheres (dimensão diassexual); e) relacionar os dados entre as três dimensões apontadas.

Para isso, elaboramos um questionário (vide apêndice) com o intuito de levantar os dados necessários para a pesquisa. Tomamos como base para o questionário fenômenos da fala observadas em Chapecó, dentre elas estão as diferentes formas de realização do fonema “r”. Incluímos também a possível presença do *yeísmo* (transformação de *lh* em *i*) e do rotacismo (rotacização do *L* nos encontros consonantais), por serem fenômenos linguísticos geralmente atribuídos ao falar de pessoas do campo ou menos escolarizadas e, conseqüentemente, estigmatizados pela minoria dominante.

Procuramos, ainda, explorar questões de metalinguagem, ou seja, o que sei da língua do outro e como me identifico com a língua do outro. E, por fim, buscamos identificar entre as diferentes dimensões pesquisadas, a predominância na utilização dos pronomes “eu/mim” antes de verbos; das formas de emprego dos verbos “chegar” (chegado/chego) e “pegar” (pegado/pego), bem como do verbo “fazer”, quando este indica tempo decorrido (faz/fazem). Procuramos também investigar o uso pontual das preposições “ao/no” e as formas de emprego de “meio/meia” no sentido de advérbio de intensidade.

A fundamentação teórica deste trabalho está pautada, principalmente, nas contribuições de autores como Thun (1996, 1998, 2004, 2010), Altenhofen (2011, 2013), Bagno (1999, 2006), Bortoni-Ricardo (2005), Oliveira (2011), Spessato (2003), Faraco (2008), Possenti (1996), Krug (2004) e Horst (2009), com questões que envolvem o preconceito e o contato linguístico, assim como questões de política linguística, que abrangem as variedades linguísticas minoritárias e de imigração em contato com variedades de prestígio no Brasil.

Assim, com o auxílio do já citado referencial teórico, pretendemos direcionar o olhar para o tema “preconceito linguístico” que, embora bastante debatido no meio acadêmico, sobretudo, no curso de letras, é quase que desconhecido da sociedade em geral. Nesse sentido, salienta-se que os sociolinguistas e dialetólogos vêm se empenhando em desfazer a concepção de país monolíngue e, conseqüentemente, a suposição de que há apenas um determinado grupo social detentor do bom português. Contudo, segundo Bagno (1999), são raras as vezes

que as diversas modalidades linguísticas são vistas como variações do nosso português, porque geralmente se considera apenas a variedade de prestígio, que nada mais é que a linguagem utilizada pelas classes sociais elitizadas que compõem a sociedade.

2. Preconceito linguístico

O preconceito linguístico está presente nos mais diversificados contextos sociais, explícita ou implicitamente; explícita, quando os indivíduos revelam abertamente que não gostam de um ou de outro modo de falar, e implícita, quando não revelam abertamente, mas se utilizam de metalinguagem para expressá-lo. Segundo Bagno (1999), o preconceito linguístico se deve à concepção de que há no Brasil uma língua única e que esta é regular e homogênea. No entanto, o autor afirma que se formos admitir o mito da língua única, milhões de pessoas poderiam ser consideradas sem língua, pois a grande maioria da população não tem acesso à norma literária entendida como “cultura”, utilizada pelos intelectuais e órgãos de poder deste país (BAGNO, 1999, p. 15).

Para Oliveira e Altenhofen (2011, p. 191), a imposição/implementação da língua única foi uma tentativa frustrada, particularmente por parte dos governantes, na ilusão de promover a unidade nacional através de uma língua comum a todos.

Nesse sentido, conforme Bagno (1999), o Brasil é um país de enorme dimensão territorial, e isso já é motivo para desmistificar a ideia de monolinguismo, uma vez que basta um olhar um pouco mais atento para que sejam percebidas as muitas variedades linguísticas aqui faladas, em virtude, principalmente, das nossas diversificadas regiões. Além disso, um olhar mais minucioso comprova que tais variedades da língua, ao contrário do que muitos gramáticos tradicionais pensam, enriquecem nosso idioma.

Nesse contexto, Scholtz (2014, p. 25) enfatiza que ao se tratar do Brasil, além das variedades linguísticas desinentes do português brasileiro, existem também as variedades decorrentes das línguas de imigração, as quais por apresentarem sistemas linguísticos distintos do português, são também responsáveis pela formação de novas variedades linguísticas.

Dessa forma, é sabido que a língua é viva e, como tal, está suscetível a constantes mudanças e variações. Segundo Labov (1974, p. 451 e 452), as mudanças linguísticas se devem a três fatores, a saber: i) à sua própria origem, pois vem de uma variação dentre milhares de outras, que será utilizada por muitas pessoas; ii) à sua propagação, que se dá de acordo com a quantidade de pessoas que a adotam e a confrontam com as variedades mais

antigas; iii) e à sua concretização, que se efetua a partir da eliminação de outras variantes competidoras.

Nessa conjuntura, Bagno (1999, p. 8) argumenta que “só existe língua se houver seres humanos que a falem” e, justamente por esse motivo, devemos evitar o que fazem os gramáticos tradicionais que estudam as línguas como algo morto e estático. Segundo ele, a língua é uma macroestrutura, comparada a “um enorme iceberg flutuando no mar” e a gramática normativa investe apenas na ponta visível desse iceberg, que é a variedade prestigiada, denominada “cultura”.

A propósito, conforme Bagno (2006), a título de critério, nas pesquisas linguísticas o nível de escolaridade determina o falante e sua variedade, uma vez que a classificação “falante culto” se aplica àqueles que têm curso superior completo. De acordo com o autor, o acesso à escolarização formal é determinante, posto que esta segue a injusta distribuição de riquezas do país e estabelece as posições sociais.

Referente à língua, segundo Faraco (2008, p. 56-57), o sentido do qualitativo “cultura” diz respeito exclusivamente à cultura escrita, e sua designação foi criada pelos pretensos falantes dessa “norma” que, por estarem em posições sociais privilegiadas, se autodenominam “mais cultos”. Para ele, o prestígio de determinadas variedades da língua é claramente elitista:

A idéia de uma variedade cultivada da língua resultou sempre do esforço das elites para criar símbolos que pudessem distingui-las das camadas populares – ou seja, como se diz de modo bastante depreciativo, as elites sempre se esforçaram para criar símbolos que pudessem distingui-las da ‘plebe rude’, do ‘vulgo’, do ‘populacho’ (FARACO, 2008, p. 62).

Segundo o autor, os valores sociais e as marcas da “nobreza” sempre estiveram associados à certa variedade da língua, a qual “se tornava símbolo de pertencimento a uma classe social, emblema de nobreza, fator de discriminação e exclusão” (FARACO, 2008, p. 62).

Aliás, de acordo com Bortoni-Ricardo (2005), é sabido que o prestígio associado à variedade considerada “português padrão” está diretamente ligado aos valores culturais herdados ainda da época do Brasil colonial, os quais demonstram claramente a desigual distribuição de renda e de bens culturais e, por consequência, de oportunidades. Razão pela qual se evidencia o comportamento linguístico como “um indicador claro da estratificação social” (BORTONI-RICARDO, 2005, p. 14).

Nessa acepção, Bagno (1999) afirma que na atualidade muito se ouve falar sobre a erradicação dos mais variados tipos de preconceitos e discriminações, porém, quase nada é

feito para se combater o preconceito linguístico. Ao contrário, parece que tanto a mídia em geral quanto a sociedade se empenham em reproduzir tal preconceito, à medida que se dedicam a separar aquilo que classificam como “certo” e “errado” na língua falada. De acordo com o autor, a discriminação para com as variedades da língua se dá, em sua maioria, sem nenhuma justificativa fundamentada, o que sustenta a tese de que atitudes dessa natureza se restringem basicamente à falta de informação e à dominação ideológica. Tratar, portanto, as variedades de forma preconceituosa implica ignorar regras variáveis possíveis em quaisquer línguas, a favor da ideia de que existe uma forma “correta” de falar determinada língua.

Trata-se, portanto, de um paradoxo e nesse segmento a escola tem um papel de suma importância, pois à medida que ensina as variedades de prestígio, ela automaticamente estigmatiza as variedades não prestigiadas, causando o estranhamento e a ruptura entre elas.

Por outro lado, de acordo com Possenti (1996), a escola tem como dever ensinar a variedade de prestígio, considerada “português padrão” e, mais que isso, ela deve criar condições necessárias para que o aluno aprenda essa variedade. Caso contrário, a escola estaria, em partes, subestimando a capacidade de aprendizagem do aluno que utiliza a variedade não “padrão” em seu meio social. Dessa forma, cometeria o deslize de reproduzir o preconceito de que para esse aluno seria excessivamente dificultoso aprender a variedade de prestígio da língua.

Aliás, em concordância com o autor, os menos favorecidos só têm a ganhar com o domínio da variante de prestígio, visto que ela é um dos pré-requisitos – mas não garantia – de ascensão social. Além do mais, é importante que se saiba adequar a linguagem de acordo com suas situações de uso. Nessa perspectiva, é necessário que a escola seja o elo entre as variedades e não o divisor de águas, no sentido de fundamentar-se em uma educação linguística que considere as variedades existentes na comunidade, dando a cada falante o direito de usar sua variedade e, a partir dela, construir em conjunto habilidades distintas de uso e aplicação das variedades linguísticas na sociedade.

2.1 O que é e como se dá o preconceito linguístico

Compreende-se por preconceito linguístico o julgamento depreciativo e desrespeitoso de certas variedades da língua não condizentes com a “língua padrão”, bem como de seus falantes. Ressalta-se que os falantes do “não-padrão” representam a maioria da nossa população, porém, por pertencerem às classes sociais desprestigiadas, são ridicularizados e discriminados pelos falantes ou pretensos falantes da “língua culta” (BAGNO, 1999).

De acordo com Martins (2014), o preconceito linguístico é tão nocivo para quem o sofre quanto qualquer outro preconceito. Entretanto, a diferença entre esse tipo de preconceito em relação aos demais é o não reconhecimento do preconceito linguístico como tal e, conseqüentemente, sua naturalização.

Para Bortoni-Ricardo (2005), o preconceito linguístico é o maior dos preconceitos, pois ele está fortemente consolidado na cultura social, de modo que a sociedade está mais apta a aceitar diferentes padrões de valores estéticos e morais do que legitimar as variedades linguísticas, justamente porque essas estão associadas às classes desprestigiadas.

Dessa forma, vale lembrar que nem sempre as variedades de prestígio de um determinado lugar são aquelas que mais se aproximam dos padrões gramaticais, e sim aquelas faladas pelos grupos elitizados, as quais adquirem *status* de prestígio em decorrência do poder social de seus falantes. Por outro lado, é possível perceber que muitos dos próprios usuários da língua estigmatizada procuram se adequar às formas linguísticas prestigiadas, ainda que com elas não se identifiquem, em busca de mais igualdade no que se refere à ascensão social (BAGNO, 1999).

Conforme Krug (2004), a língua está ligada à identidade do indivíduo, e sofre alterações de acordo com as mudanças dessa identidade, seja por conta das inovações científicas e tecnológicas ou por decorrência das migrações do campo para a cidade ou de uma cidade para outra cidade:

Com estas mudanças, tanto a língua quanto a identidade sofrem alterações. Com estas alterações originaram-se novos grupos, surgiram novas identidades, as variedades linguísticas rumaram em direção às variedades dominantes e, portanto, as variedades dominadas ou minoritárias entram em desuso. Muitas das variedades minoritárias que ainda sobrevivem são alvos de estigma e preconceito e, em certos casos, ridicularizadas, gerando, dessa forma, conflitos de inclusão e exclusão (KRUG, 2004, p. 18).

Nesse sentido, Scholtz (2014), apoiada em Silva (2000), salienta que a imposição de uma língua idealizada, que exclui ou ignora as diferenças linguísticas, acaba por levar os indivíduos falantes de variedades minoritárias a procurar integrar-se aos grupos dominantes, no âmbito linguístico e cultural. Como consequência disso, os falantes de variedades minoritárias perdem a própria identidade, negando-a: “Nesse caso, o pertencimento a um grupo majoritário ao qual se atribui valor e prestígio leva à construção de uma identidade positiva, ocorrendo o contrário quando o grupo é minoritário e desprestigiado pela sociedade, ou seja, a identidade é estigmatizada e negada pelo indivíduo” (SCHOLTZ, 2014, p. 22).

De acordo com Bortoni-Ricardo (2005), denota-se que o preconceito linguístico está enraizado na própria cultura através de uma ideologia político-social, que posiciona a classe alta em um plano superior de destaque em relação às demais também no que diz respeito às variedades da fala, como se a maneira de falar dos grupos elitizados fosse sinônimo de valor moral. Contudo, ressalta-se que todos têm o direito de reconhecer e dominar a língua de prestígio, entretanto, é importante não esquecer o valor de suas variedades habituais, para maiores possibilidades de luta contra a exclusão social, bem como para melhor entender o que se oculta por detrás de discriminações dessa ordem.

Todavia, conforme Bagno (2006), uns dos problemas para que haja consciência e inclusão é a falta de uma escola preparada para tal, pois muitas vezes o que se vê são professores e administradores escolares mal orientados para a realidade que cerca a comunidade escolar:

[...] tratam o aluno pobre como um “deficiente” linguístico, como se ele não falasse língua nenhuma, como se sua bagagem linguística fosse “rudimentar”, refletindo conseqüentemente uma “inferioridade” mental. Isso cria, no espírito do aluno pobre, um sentimento de rejeição muito grande, levando-o a considerar-se incapaz de aprender qualquer coisa (BAGNO, 2006, p. 28).

Segundo o autor, esse fator desestimula tanto o aluno quanto o professor, pois ambos parecem não estarem aptos à troca de informações. Assim, prevalece no sistema educacional a valorização daqueles que trazem na bagagem a variedade de prestígio enquanto aqueles que não a trazem são discriminados.

Nesse sentido, Bortoni-Ricardo (2005) aponta para a necessidade de um sistema educacional aberto à diversidade linguística e ao plurilinguismo. Segundo ela, para que o ensino na perspectiva plurilíngue seja de fato incorporado de forma significativa, é necessário reavaliar certas ideologias excludentes nas salas de aula, que estigmatizam a variedade linguística do aluno, e isso se torna possível através de uma política linguística de inclusão mais clara e mais aberta ao plurilinguismo. Para tanto, faz-se necessário desvincular-se da postura que a autora denomina de “ideologia do vácuo”, que desconsidera não só a língua, mas também a cultura do aluno. É preciso, segundo ela, o equilíbrio entre o etnocentrismo e a ingenuidade. Entretanto, ela afirma que, encontrar o ponto de equilíbrio não é tão simples, pois as escolas geralmente se orientam pela educação tradicional, que prioriza a língua da cultura dominante, fato que coloca em conflito uma democracia denominada pluralista e a sua pretensa padronização linguística.

Sobre o ensino baseado no tradicionalismo, remetemo-nos, ainda, às palavras de Freire e Faundez (1985), quando estes enfatizam que as ideias devem ser aplicadas de forma criativa à realidade e não o contrário. Ou seja, de acordo com eles, os valores conceituais não podem ter valor superior à própria realidade.

3. Línguas em contato

De acordo com pesquisas realizadas em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), foram contabilizadas no Brasil 274 línguas indígenas, ou seja, línguas autóctones⁵. Além dessas, existem as línguas alóctones⁶ que, segundo Altenhofen (2013), atualmente estão em torno de 56, totalizando aproximadamente 330 línguas faladas no Brasil. Diante disso, a concepção de país monolíngue não apresenta nenhuma base teórica de sustentação, tampouco se comprova empiricamente.

Contudo, não obstante aos mitos ideológicos de língua única, existem argumentos como os de Romaine (1995 apud ALTENHOFEN; MELLO; RASO, 2011, p. 42), os quais afirmam que “há mais bilíngues no mundo do que monolíngues e de que, portanto, o bilinguismo constitui a norma e o monolinguismo a exceção, sendo muito difícil apontar países realmente monolíngues”. De acordo com os autores, é pertinente indagar se realmente é possível encontrar indivíduos monolíngues na íntegra, que não variam a própria língua, pois, segundo eles, o que se fala é sempre alguma forma determinada de uma língua em específico e não um purismo linguístico.

Nas palavras de Altenhofen (2013, p. 34) “difícilmente, encontramos uma sociedade puramente monolíngue. Mesmo nas sociedades urbanas, a globalização, a ampliação dos espaços midiáticos e a internacionalização pressupõem variação e ‘diversidade linguística’”. Segundo ele, esse fator é reforçado pelas migrações, sobretudo na atualidade em que há a predominância da topodinâmica das populações (THUN, 1996), que se mobilizam no espaço de um lugar para outro.

Weinreich (1964 [1953] apud BORTOLOTTI, 2015, p. 27) pressupõe que “toda comunidade linguística é heterogênea”, ou seja, que toda forma de interação da língua presume um contato linguístico, seja entre línguas distintas ou entre variedades que abarcam uma mesma língua. Portanto, ao se tratar das variedades linguísticas no Brasil, precisa-se

⁵Línguas oriundas do próprio local.

⁶Línguas de imigração.

levar em conta também as diversidades étnicas e culturais que o país comporta, as quais, indiscutivelmente, contribuem para as mudanças e variações linguísticas.

A esse respeito, e no que tange especificamente às variedades linguísticas do sul do Brasil, que é nosso foco de estudo, Krug (2004) aponta que nas comunidades de imigrantes dessa região, de modo geral, as línguas minoritárias são reduzidas à oralidade e de uso familiar. A forma escrita, portanto, é, geralmente, restrita ao português. Segundo ele, quando se refere ao aspecto da inferência “o senso comum costuma identificar essas línguas/variedades minoritárias, pejorativamente como ‘línguas misturadas’, intensamente invadidas por traços do português” (KRUG, 2004, p. 21).

Nesse sentido, Krug (2004), baseado em Kielhöfer & Jonekeit (1983: 7-8), discorre sobre os preconceitos das concepções do bilinguismo:

Dentre esses conceitos e preconceitos, citam-se, por exemplo, a ideia subjetiva de que as crianças bilíngües não aprendem nem uma nem outra variedade corretamente, ou ainda, que um bilíngüe não sabe quem é, ou seja, não tem raízes nem pátria, ou que um indivíduo bilíngüe possuiria inteligência abaixo da média (KIELHÖFER & JONEKEIT (1983: 7-8) Apud KRUG, 2004, p. 22).

Por outro lado, segundo Krug, existem os conceitos positivos sobre os quais se afirmam que as crianças bilíngües têm mais facilidade de aprender outra língua e que, inclusive, são mais inteligentes que as monolíngües. Tais conceitos – positivos e negativos – influenciam a identidade de um grupo e, nos casos das crenças populares subjetivas, podem levar a “inibição ou proibição do uso de mais de uma variedade” (KRUG, 2004, p. 22).

De forma similar, Horst (2009), com base em Cummins (2000), afirma que as crianças passam a entender melhor a linguagem se tiverem uma fundamentação sólida na língua materna ainda nos primeiros anos de escola primária. Segundo ela, o estudo e manutenção da língua materna – que nos casos de língua estrangeira, seria a língua minoritária – contribui para o desenvolvimento da língua majoritária.

De acordo com Horst, há que se trabalhar nesse sentido, pois a pluralidade linguística e a manutenção das línguas minoritárias não se mantêm sem que haja a consciência por parte dos falantes do valor e relevância dessas línguas. Para tanto, há que se abrir espaço para diferentes vozes existentes na comunidade e, aliado a isso, empreender força em relação a um trabalho de conscientização e valorização linguística, o qual se inicia com a preparação dos próprios professores.

3.1 Bilinguismo / Plurilinguismo

Apesar de o Brasil ser reconhecido como um país monolíngue, uma parcela da sua população não tem como língua materna o português e apresenta diversos graus de bilinguismos. No entanto, é sabido que principalmente nas primeiras décadas após o descobrimento, houve um grande esforço para dizimar grupos linguísticos alóctones, em busca da unidade nacional.

Entretanto, conforme Oliveira e Altenhofen (2011) os governantes que impuseram a língua única no Brasil foram os grandes responsáveis por inúmeros conflitos e “consequências desastrosas”, provocando grande retrocesso no que diz respeito ao plurilinguismo. Tal experiência, segundo os autores, indica que percorrer o caminho inverso com “um plurilinguismo planejado, com uma política linguística adequada, é a solução melhor para atingir a democracia cultural” (OLIVEIRA & ALTENHOFEN, 2011, p. 191). Ainda, de acordo com eles, essa foi a opção adotada pela União Europeia que oficializou 23 línguas, como incentivo para que sua população viesse a se tornar poliglota.

Consoante com Oliveira e Altenhofen (2011, p.192), o Brasil adotou postura oposta com a política do monolinguismo, iniciada em 1757, com marquês de Pombal, que proibiu a língua geral enquanto impunha o português como língua única. Da mesma forma, segundo os autores, o Estado Novo (1937-1945) estabeleceu a nacionalização do ensino, que provocou uma grande repressão às línguas alóctones, em favorecimento das classes dominantes e seus interesses da época. Esse processo de repressão linguística atingiu principalmente as línguas de imigração dos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, porém, surpreendentemente, uma parcela dessa população resiste à variedade minoritária até hoje. Fato que pode ser comprovado à medida que, na atualidade, crianças apresentam-se na escola sem o contato com a língua oficial e, em decorrência disso, acabam sendo alvos de chacotas e discriminações decorrentes das marcas linguísticas que carregam.

Para Spessatto (2003, p. 45) esse tipo de preconceito ocorre porque essas variedades estão culturalmente associadas à “língua da roça”, logo, são consideradas “feias”, desprestigiadas. Conforme a autora, essa concepção desperta principalmente nos mais jovens o desejo de abandoná-las, à medida que entram em contato com a escola e a cidade.

De acordo com Spessatto (2003, p. 43), a própria escola enxergava no bilinguismo aspectos que atrapalhavam a aprendizagem do português, razões pelas quais essas variedades foram entrando cada vez mais em desuso, o que significou apagar suas origens e, conseqüentemente, uma parte da cultura e identidade desses povos. Neste contexto, ela se

refere à época de Getúlio Vargas, quando houve a política de nacionalização na qual o português foi imposto como língua única no Brasil, justamente no período onde a diversidade étnica do país era grande, causando danos consideráveis à cultura e à vida em geral dos povos imigrantes:

Instaurou-se neste período uma preocupação desmedida do governo com uma escola brasileira. Situação que deixou na população, formada por descendentes de imigrantes, marcas bem mais profundas do que o abandono do dialeto étnico. O modelo de escola implantado para atender aos anseios da nacionalização não soube tratar as diferenças lingüísticas de forma adequada, criando um sentimento de inferioridade nos imigrantes e filhos de imigrantes [...] (SPESSATO, 2003, p.40).

Diante dos fatos, a autora afirma que a língua e cultura étnica deixaram de ser assimiladas, pois os pais não mais transmitiam as variedades linguísticas de uso habitual aos filhos. Além do mais, a escola considerava o bilinguismo um atrapalho para aprendizagem do português, além de ser motivo de perseguição.

Por outro lado, Oliveira e Altenhofen (2011, p. 198) apontam que na atualidade, as políticas de inclusão plurilíngue e o modelo de educação bilíngue incentivam a aquisição de uma ou mais línguas além do português, fato que comprova os equívocos imensuráveis de um passado não muito distante, que foi o responsável pelas repressões sofridas ao longo da história deste país. Os autores ressaltam que essa nova visão sobre as políticas da diversidade da língua é devida às comunidades linguísticas, que não mais aceitaram o título de “colonizado” em relação aos demais lusófonos.

3.2 Teoria e metodologia da Dialetoлогия Pluridimensional

Conforme Bortolotto (2015), os princípios das correntes estruturalistas⁷ e gerativistas⁸ concebiam a língua como um sistema sincrônico e homogêneo, sem estudá-la no contexto social. De acordo com ela, uma nova teoria contrária a essas correntes foi difundida por Labov (1966) e por WEIREINCH; LABOV; HERZOG (1968): a Teoria da Variação e Mudança Linguística, que compreendia o estudo da língua e sua evolução dentro “do contexto social e da comunidade de fala” (BORTOLOTTI, 2015, p. 48). A partir de então, passou-se a

⁷O estruturalismo, de Ferdinand de Saussure, estudava a língua de forma sincrônica, ou seja, tudo que dizia respeito à atualidade linguística e sua estaticidade, excluindo o que fosse exterior a ela, como o social e sua correlação com a história.

⁸O gerativismo, de Noam Chomsky, entendia o conhecimento linguístico como algo biológico, uma habilidade inata do falante.

estudar a língua como fenômeno variável e heterogêneo, em que são observadas as situações reais de fala. Dessa forma, detectou-se que as línguas mudam constantemente, dada a sua heterogeneidade, e as percepções dessas mudanças são possíveis de serem notadas tanto de forma diacrônica quanto sincrônica.

Nesse sentido, a teoria pluridimensional possibilita analisar tais mudanças através de vários ângulos: entre as falas de diferentes gerações (dimensão diageracional); entre homens e mulheres (dimensão diassexual); diferentes extratos sociais (dimensão diastrática); estilos de falas de acordo com cada situação (dimensão diafásica); falantes de uma ou mais línguas (dimensão dialingual); distintas localizações no espaço geográfico (dimensão diatópica); religiões distintas (dimensão diarreligiosa); capacidade de percepção, classificação das variedades linguísticas (dimensão diarreferencial), entre outras. Denota-se assim que a análise pluridimensional e relacional não se restringe apenas à variação que se dá no espaço e com falantes da mesma representação social, conforme se detém as análises da dialetologia monodimensional (BORELLA, 2014).

De acordo com Thun (1998), os métodos de pesquisas monodimensionais priorizam o estudo da língua de forma diacrônica, isso justifica a escolha de informantes mais velhos, preferencialmente de comunidades interioranas e de baixa escolaridade. Segundo ele, apesar da contribuição com o atlas linguístico e de cumprir com os objetivos pretendidos, a teoria monodimensional apresenta lacunas em relação à falta de comparação de falas entre homens e mulheres, bem como de gerações distintas e de diferenças socioculturais, preceitos considerados prioritários nos estudos da dialetologia atual.

O autor, portanto, classifica a pesquisa monodimensional como “limitada” (THUN, 1998, p. 702), sobretudo, por trabalhar com apenas um tipo de informante. Já a dialetologia pluridimensional e relacional, ademais de atender os preceitos considerados indispensáveis para resultados mais precisos, não se detém somente aos dialetos “puros”, mas tem igual interesse nas variedades mistas, nas línguas em contato, nas modalidades regionais entre outros, além da pluralidade de informantes (THUN, 1998).

Tais critérios são de suma importância nas pesquisas. Nesse sentido, Bagno (2006) enfatiza que

A língua também fica diferente quando é falada por um homem ou por uma mulher, por uma criança ou por um adulto, por uma pessoa alfabetizada ou por uma não-alfabetizada, por uma pessoa de classe alta ou por uma pessoa de classe média ou baixa, por um morador da cidade e por um morador do campo e assim por diante. Temos então, ao lado das variedades geográficas, outros tipos de variedades: de gênero, socioeconômicas, etárias, de nível de instrução, urbanas, rurais etc (BAGNO, 2006, p. 19).

Desse modo, conforme observa Thun (1998), percebe-se que embora sejam tradicionalmente separadas, a Dialetoologia e a Sociolinguística são interdependentes e complementares, porém, os princípios da pluridimensionalidade permitem organizar as informações de forma mais precisa, já que essa ciência se interessa por todos os planos e tipos de variedades, bem como de falantes. Contudo, segundo Thun (1998, p. 721), a dialetoologia pluridimensional e relacional não tem a pretensão de descobrir as causas das mudanças da língua, mas persiste na análise esmiuçada das inovações referentes às variações.

4. Metodologia

A metodologia do presente trabalho está pautada na teoria e metodologia da pluridimensionalidade, que tem como propósito levantar dados e analisá-los de forma comparativa e contrastiva, possibilitando que todos os dados sejam igualmente relacionados uns entre os outros e, da mesma forma, possam dar um panorama em sua individualidade.

O foco da pesquisa pautou-se na possível presença de preconceito linguístico da Classe alta para com a Classe baixa, na comunidade chapecoense, e como é a percepção de cada informante a respeito de sua própria língua, bem como da sua percepção para com a língua do outro. Para isso, utilizou-se um questionário (vide apêndice) criado especificamente para o propósito desta pesquisa.

Após definirmos o questionário, partimos para a escolha de oito informantes, cuja seleção também segue a metodologia pluridimensional e relacional. Nesse sentido, temos dois informantes, um homem e uma mulher em cada uma das quatro células. Ressalta-se que na metodologia pluridimensional e relacional, temos dois recortes no tempo (tempo aparente) visto a partir da idade dos informantes, ou seja, um grupo com idade acima de 50 anos e outro grupo com idade entre 18 e 36 anos. Além disso, esses grupos etários são divididos em Classe alta, Geração II, os mais velhos (CaGII) e Classe alta Geração I, os mais jovens (CaGI). Da mesma forma temos a Classe baixa Geração II (CbGII) e a Classe baixa Geração I (CbGI).⁹

Após a coleta de dados, foi realizada a análise através da qual foram relacionados entre si todos os indivíduos participantes, observando as possíveis correlações e divergências entre os quatro pares de informantes.

⁹Vide esquema da cruz, na página 16.

4.1 O questionário

A coleta de dados deu-se através da aplicação de um questionário (vide apêndice) criado especificamente para essa pesquisa, em conversa semi dirigida, observando as possíveis convergências e divergências entre os pares coletados, dentro da metodologia pluridimensional e relacional.

Para tanto, o questionário foi dividido em quatro partes, a saber: dados do informante (idade, profissão, local de origem, local de residência e escolaridade); questões lexicais; questões de metalinguística e questões gramaticais.

Neste sentido, foram aplicadas dez questões de ordem morfológica/fonológica; duas questões de metalinguagem e uma questão gramatical. Essa última, com seis alternativas de respostas. Assim, o questionário tornou-se um recurso de interação capaz de oferecer pistas sobre a relação do saber linguístico e metalinguístico dos informantes e a forma como eles próprios se comportam nos seus campos linguísticos, pois de acordo com Thun

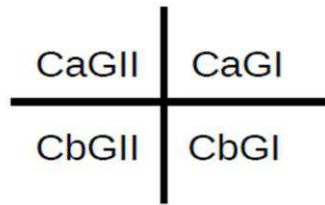
El cuestionario fomenta las interrelaciones [...] a través de las preguntas 'relacionales' [...]. Por otra parte, estimulamos y registramos todo tipo de comentarios metalingüísticos por parte de los informantes. De esta manera se concretiza otra relación, la que une el comportamiento lingüístico con el saber metalingüístico de los hablantes (THUN, 1996, p. 213).

4.2 Os informantes

Para a realização da pesquisa foi selecionado um grupo de informantes, seguindo três dimensões propostas por Thun (1998): a *dimensão diastrática* (escolaridade, diferentes posições sociais), a *dimensão diageracional* (diferentes faixas etárias), a *dimensão diassexual* (falas de mulheres e homens).

Dessa forma, foram selecionadas oito pessoas: um informante do sexo masculino e uma informante do sexo feminino, com idade igual ou superior a 50 anos, ambos com curso superior; e outros dois informantes, na mesma faixa etária dos anteriores, porém sem nível de escolaridade superior. Foram consideradas as mesmas regras para os demais informantes, exceto a idade, que abrange dos 18 até aos 36 anos.

Tais grupos estão representados no esquema da cruz, criada por Thun (1998), da seguinte forma:



Fonte: (THUN, 1998, p.711)

Assim, os grupos socioculturalmente altos, que possuem nível de escolaridade superior são representados pela sigla Ca (Classe alta) e ocupam a parte superior da cruz; enquanto que os grupos socioculturalmente baixos, que possuem nível de escolaridade até o segundo grau, são simbolizados pela sigla Cb (Classe baixa) e ocupam a parte inferior da cruz. As gerações estão separadas pelo traço vertical, ou seja, a Geração mais velha (GII) está localizada à esquerda e a Geração mais nova (GI) está localizada à direita da cruz.

4.3 Local da pesquisa

A pesquisa foi realizada em Chapecó, cidade polo do oeste de Santa Catarina que, segundo dados do IBGE (2017), ocupa o posto de quinta maior do estado, com população estimada em 213.279 habitantes.



Foto: Editoria de Arte/G1

Reconhecida como a capital do oeste catarinense, região que abrange cerca de duzentos municípios, que juntos totalizam mais de dois milhões de habitantes, Chapecó é muito influente na agroindústria, no ramo da construção civil e em eventos de negócios.

A cidade também é considerada um polo universitário que atrai estudantes do Brasil inteiro. Suas principais universidades são: Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS); Universidade Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ); Universidade do Oeste

de Santa Catarina (UNOESC); Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), entre outras.

Conforme informações disponíveis no site do município, Chapecó teve sua denominação oficializada em 25 de agosto de 1917 e possui interpretações múltiplas, porém a mais difundida é creditada ao povo Kaingang, cujo significado seria “donde se avista o caminho da roça”.

Trata-se de uma cidade localizada em uma região marcada pela expressiva imigração italiana, alemã e polonesa (entre outras), os quais, juntamente com os indígenas e caboclos, foram seus fundadores e onde permanece grande parte de seus descendentes, o que justifica a mescla de variedades linguísticas aqui faladas.

Segundo a história, e de acordo com Radin (2001), até aproximadamente o ano 1900 a região oeste de Santa Catarina era habitada por povos Kaingang e Guarani, além de caboclos e mestiços que haviam empreendido fuga para essa região no intuito de fugir de seus antigos “donos”. Além desses, logo em seguida, vieram os imigrantes italianos, alemães, poloneses, russos e asiáticos que passaram a fazer parte do cenário linguístico regional.

A esse respeito, no que tange a Chapecó a região, Spessatto (2003) aponta que, no início do século XX, o Oeste de Santa Catarina começou a receber grande parte da população italiana, que já havia se instalado no estado do Rio Grande do Sul, no final do século anterior. Ocorreu, nessa época, as imposições governamentais no país em busca da língua única, através das quais todos deveriam falar o português brasileiro. Nesse sentido, houve controle e perseguição para com os imigrantes e seus descendentes e, conseqüentemente, as diferenças linguísticas se tornaram motivos de sentimentos de inferioridade para os não falantes da língua nacional, chegando ao extremo de serem considerados traidores da pátria.

Conforme Spessatto, a partir dessa ideologia política/educacional, os imigrantes viram-se obrigados a abandonar bruscamente seus hábitos linguísticos, fator que ocasionou “uma produção linguística que não condiz totalmente com as regras do dialeto padrão do português brasileiro” (SPESSATTO, 2003, p. 46). Nesse contexto, a autora afirma que passou a ocorrer diálogo bilíngue em que os filhos ouviam e entendiam a variedade falada pelos pais, porém respondiam no idioma aprendido na escola.

Dessa forma, conforme Krug (2004), as variedades minoritárias foram perdendo prestígio enquanto que a língua portuguesa ganhava valor social. Falar, portanto, uma língua de prestígio passava a ser também sinônimo de ascensão social e econômica.

Por fim, diante de acordo Spessatto (2003), os dados apontam que a interferência linguística presente de forma mais acentuada na comunidade chapecoense é caracterizada, sobretudo, pela imigração italiana na região e, em menor escala, pelos imigrantes alemães e poloneses.

4.4 A Coleta dos dados sob a perspectiva da Dialectologia Pluridimensional

A coleta de dados sob a perspectiva pluridimensional e relacional tem como objetivo resgatar certos fenômenos que costumam passar despercebidos nas mudanças linguísticas (THUN, 1998), dessa forma é possível alcançar maior precisão sobre as variações, bem como e em que medida as variações são regulares sincrônica e diacronicamente. Para tal, o estudo explora vários campos de observação em busca de uma identificação clara a respeito “de los parámetros e dimensiones que dividen el espacio variacional y las relaciones que lo recomponen” (THUN, 1998, p. 707). Em outras palavras, a metodologia pluridimensional e relacional analisa a variação linguística não só em pontos convencionais específicos, mas em diferentes faixas etárias, gêneros e grupos sociais distintos, entre outros, de modo que permite uma visão mais ampla dos resultados.

Ademais, conforme Thun (1998), a Dialectologia pluridimensional não se interessa apenas pelos dialetos “puros”, mas também por variedades decorrentes das línguas em contato:

El espacio variacional de la Dialectología pluridimensional no comprende solamente los dialecto “puros” preferidos por la Dialectología tradicional o los sociolectos de la Sociolingüística. Son de igual interés las variedades mixtas, los fenómenos de contacto lingüístico entre lenguas contiguas o superpuestas de minorías y de mayorías, formas regionales, la variación diafásica (o estilística), el comportamiento lingüístico de los grupos topodinámicos (demográficamente móviles) contrastado con de los grupos topestáticos (poco móviles en el espacio), la actitude metalingüística de los hablantes comparada con su comportamiento lingüístico, y otros parámetros más (THUN, 1998, p. 706).

Desse modo, enfatiza-se que a dialectologia pluridimensional e relacional busca analisar as variedades da língua por diversos ângulos e formas. Segundo Thun (1998), esse tipo de análise possibilita a visualização do caminho percorrido para chegar às inovações linguísticas, ou seja, através dela é possível perceber um movimento no espaço capaz de indicar as modificações pelas quais a língua passa até chegar à forma atual em que acontece a pesquisa.

Assim, neste trabalho procurou-se levantar informações baseadas nas seguintes dimensões de análise, dentro da dialetologia pluridimensional e relacional, de Thun (2010):

i) *Dimensão diastrática*, que separa os entrevistados de acordo com a escolaridade e, conseqüentemente, por distintos extratos sociais: representa-se pela sigla Cb (Classe baixa), os participantes que têm escolaridade até o segundo grau, e pela sigla Ca (Classe alta), os participantes que têm formação superior, seja a nível universitário ou técnico, completo ou incompleto.

ii) *Dimensão diageracional*, que separa os grupos dos entrevistados de acordo com a faixa etária: de 18 a 36 anos os informantes são classificados como Geração nova (GI) e, acima de 50 anos, são denominados Geração velha (GII). Essa dimensão permite que sejam observadas as formas linguísticas existentes entre uma geração e outra, bem como suas mudanças e variações.

iii) *Dimensão diassexual*, que sinaliza a diferença no comportamento linguístico entre homens e mulheres. Nesse aspecto, segundo pesquisas, costumeiramente, as mulheres revelam-se mais propensas às formas linguísticas menos vulgares, enquanto que os homens não apresentam de forma significativa tal cuidado (THUN, 2010).

4.5 Análise dos dados sob a perspectiva da Dialetologia Pluridimensional

No presente capítulo faremos a análise dos dados a partir dos dados de base lexicais, seguindo com os dados metalinguísticos e, por fim, os dados gramaticais, para posteriormente relacioná-los entre si.

4.5.1 Análise dos dados lexicais

Iniciaremos nossa análise a partir da variação do uso das variantes do fonema “r”, partindo da dimensão diastrática, ou seja, da CaGII e CaGI, seguindo para a análise da CbGII e CbGI, cruzando, na seqüência, os dados das dimensões diageracional e diassexual. Vale ressaltar que a partir da análise dos dados, foi possível registrar que nossos informantes realizaram três variantes do fonema “r” a citar: o tepe [r], o velar [h] e o vibrante [R]. Na seqüência, passaremos para a análise metalinguística e das questões envolvendo o uso da gramática.

Referente ao uso das variantes do fonema “r” (questões 1, 2 e 10), nossos dados apontaram que os informantes da CaGII realizaram 100% o vibrante, enquanto que entre os informantes da CaGI não registramos nenhuma ocorrência, pelo contrário, estes informantes

realizaram em cinco ocorrências o velar e em um caso houve a realização do tepe, pela informante CaGI F¹⁰. Já na CbGII, houve a realização do velar, em sua totalidade, por parte do informante masculino, seguido de um velar e dois vibrantes, realizados pela informante feminina. Por outro lado, na CbGI houve a predominância do vibrante, a não ser por uma realização de um velar e de um tepe, pelos informantes CbGI M e CbGI F, respectivamente.

Nesse sentido, na dimensão diastrática, nossos dados apontaram o mesmo número de cada uma das variáveis do fonema “r” em ambas as classes sociais. Entretanto, suas localizações aparecem em gerações distintas, como, por exemplo, a ocorrência de 100% do vibrante [R] na CaGII enquanto que na CbGII essa variável ocorreu apenas duas vezes, conforme se observa na tabela a seguir:

Uso da variável “r” - Dimensão diastrática.

	CaGII		CaGI		CbGII		CbGI	
	M	F	M	F	M	F	M	F
carro	R	R	h	h	h	h	h	R
carroça	R	R	h	h	h	R	R	R
terreno	R	R	h	r	h	R	R	r

Quadro1: Uso da variável “r”- Dimensão diastrática (fonte da autora).

Quanto à dimensão diageracional, nossos dados divergem do esperado, pois geralmente a Geração velha utiliza mais acentuadamente o tepe ou o vibrante quando comparada à Geração nova, e não foi o que ocorreu na Cb, já que a CbGII realizou na sua maioria o velar enquanto que a CbGI realizou predominantemente o vibrante. Já na Ca, os dados coincidiram com o esperado, ou seja, a Geração velha realizou o vibrante e a Geração nova, predominantemente, o velar.

Na dimensão diasssexual, houve predominância do velar pelos homens e da vibrante múltipla pelas mulheres (vide tabela acima). Nesse caso, ocorreu o inverso do que se esperava, pois, geralmente, as mulheres costumam optar pelas variedades mais próximas das consideradas “cultas” do que os homens.

Nas questões 3 e 7, que averiguavam a presença de rotacismo, registramos duas ocorrências: uma realizada pela informante CbGII F, que na ocasião realizou “pranta” no

¹⁰Neste artigo usaremos CaGI F para designar informante feminina Classe alta Geração nova; CaGII F para informante feminina Classe alta Geração velha; CaGI M para informante masculino Classe alta Geração nova; CaGII M para informante masculino Classe alta Geração velha; CbGI F para informante feminina Classe baixa Geração nova; CbGII F para informante feminina Classe baixa Geração velha; CbGI M para informante masculino Classe baixa Geração nova e CbGII M para informante masculino Classe baixa Geração velha.

lugar de “planta” e outra pela informante CbGI F, que realizou “arto” no lugar de “alto”. A partir desse dado, podemos dizer que, na ocasião, a Ca não realizou o rotacismo enquanto que na Cb somente as mulheres registraram ocorrências desse fenômeno.

Referente às questões 4, 5, 6, 8 e 9 não houve variação significativa quanto a palatalização nem vocalização, o que demonstra que os informantes não realizam esse fenômeno. Tivemos apenas com uma informante da CbGI F, no vocábulo “olho” (questão 6), a variação “oio”, o que demonstra que a mudança está quase que em sua totalidade concluída para “olho”. É claro que serão necessários maiores estudos do fenômeno, que por motivos de tempo não foram possíveis neste artigo.

4.5.2 Análise dos dados Metalinguísticos

Na questão 11, quando questionados se haveria algo que porventura chamava atenção no modo de falar dos chapecoenses, o informante CaGII M respondeu afirmativamente o seguinte:

“Sim, os descendentes de italiano, alemão e polonês... é... eles falam e/r/ado, ou seja, eles não pronunciam corretamente o “r”. Aqui na região é isso” (CaGII M).

Percebe-se na resposta do informante a presença de preconceito quando este caracteriza o uso do tepe como “errado”. Vale ressaltar que este informante utilizou exclusivamente o vibrante em todas as respostas do questionário, da mesma forma, durante a conversa anterior e posterior à entrevista, mas, propositalmente, realizou o tepe na oportunidade de resposta dessa questão metalinguística. Entretanto, outro ponto que merece atenção é que o informante atribui tal variedade do fonema “r” aos imigrantes e descendentes que povoam a região e não, exclusivamente, aos indivíduos residentes no campo e/ou com pouco estudo.

Já a informante CaGII F citou o vocábulo “iorgute” e o vocábulo “drento” como “errado”, e frisou o conectivo “né”:

“O né! Não gosto do né! Acho um cacoete (sei lá como se chama isso) muito feio. As pessoas falam três, quatro palavras... Sabe, né... Daí, né... Não gosto disso! Chapecó tem muito disso” (CaGII F).

Em contrapartida, o informante CaGI M hesitou em citar alguma palavra enquanto que a informante CaGI F afirmou lhe chamar atenção a expressão “home”, aos finais de frases.

Por outro lado, o informante CbGII M disse existir algo que lhe chama atenção, porém preferiu não especificar. De forma semelhante, os informantes CbGII F, CbGI M e CbGI F não souberam informar. A partir dessas informações é perceptível a abstenção da Cb, por motivos de não saber ao certo o que citar, seja por não perceberem as diferenças ou por não saberem especificá-las enquanto variedades linguísticas.

Referente à questão 12, que questiona sobre a percepção quanto ao uso de variações como: “planta>pranta”; “mulher>muié”; “barro>baro”; “carro>caro”; “dentro>drento”, obtivemos as seguintes respostas: o informante CaGII M, respondeu que tais variações devem ser originárias das línguas faladas durante a infância, o que pode ser interpretado, em partes, por interferências provocadas pelas línguas em contato. Já a informante CaGII F disse acreditar ser uma variedade habitual de pessoas mais simples, com baixo nível de escolaridade, as quais, de acordo com ela, permaneceram com os hábitos linguísticos adquiridos no âmbito familiar. Para o informante CaGI M, na grande maioria das vezes, são palavras que fazem parte do vocabulário de pessoas que nasceram ou se criaram no interior ou na região próximo a Chapecó; enquanto que a informante CaGI F respondeu que tais variações podem ser decorrentes da própria cultura e do baixo grau de instrução, conforme podemos confirmar no trecho a seguir, transcrito de conversa gravada:

“Eu acho que é... é... é um pouco de cultura, e pessoas com pouca instrução. Normalmente... A região aqui tem bastante agricultores, e historicamente agricultores não estudam... Digamos assim, todos os filhos concluem o ensino médio e o fundamental, né? Então, isso influencia muito, né, na linguagem e... e... hábito. Não tem a prática de escrevê... não tem na... no dia-a-dia de tá a frente, né, de uma oratória, de alguma coisa assim, né? Então é a linguagem coloquial. E eu não acho que seja errado, sabe(?), falar “ca/r/o”, “ca/r/oça”, mas chama atenção. A gente se policia, né? A gente se cobra nessas coisas... porque quando escuta de alguém, chama atenção” (CaGI F).

Pontua-se, no entanto, que a informante atribui o uso do tepe aos agricultores, que segundo ela, historicamente são pessoas com baixa escolaridade, entretanto, essa informante também utilizou o tepe ao responder a questão 10 do questionário. Percebe-se aí que mesmo na condição de informante com nível de escolaridade superior e na situação de entrevista gravada, em que há maior monitoramento da fala, essa variação do fonema “r” apareceu, comprovando que independentemente do grau de instrução ou local de residência, a presença desse fenômeno linguístico está ligado às línguas em contato, principalmente, da variedade italiana em contato com o português brasileiro.

Por outro lado, o informante CbGII M, quando questionado sobre tais variações, pareceu constrangido, se reservando ao direito de responder apenas achar normal. Ao passo

que a informante CbGII F disse acreditar que essas variações linguísticas vêm do próprio costume das pessoas:

“É, acho meio errado isso... ou o jeito de falar... não sei... de cada um. [...] Costume também. É mais certo costume mesmo” (CbGII F).

De outra parte, o informante CbGI M atribui essas variações às pessoas do interior, que não possuem estudo e que têm pouco conhecimento do idioma. Esse informante mostrou-se preocupado com sua forma de falar, tanto na conversa que antecedeu a entrevista quanto durante a gravação, deixando perceptível excessivo automonitoramento na escolha do vocabulário.

De forma similar, a informante CbGI F atribui tais variações à falta de estudo, conforme trecho transcrito de conversa gravada:

“Pessoas mais simples, né, mais pobrezinha, porque os mais chique já sabe mais lê, escrevê, né? Agora os mais simples, os mais pobre têm menos... têm dificuldade de falar as palavra, né? Que nem eu que estudei até a quarta série, eu tenho dificuldade nas palavra, eu troco a maioria das palavra, né... que eu vô compretá e escrevo e/r/ado, falo e/r/ado tamém. É... eu acho que a pessoa que não estudô que tem mais dificuldade, porque se a pessoa... não importa que seja pobre, no caso, mais que estudô sabe mais, né?” (CbGI F).

Constata-se aqui um exemplo de indivíduo que acredita não saber falar, mas que é capaz de produzir sentenças perfeitamente possíveis de serem compreendidas, ainda que estas não estejam, em seu inteiro teor, de acordo com as regras de uma gramática normativa. Trata-se, portanto, de uma pessoa que, como milhares de outras, representa o que é sofrer preconceito linguístico na sociedade.

Dessa forma, em síntese, podemos afirmar que os informantes da Classe alta têm consciência das variedades linguísticas que se apresentam em Chapecó e as atribuem à falta de estudo e de conhecimento. Enquanto que parte dos informantes da Classe baixa vê o fenômeno como normal, o que comprova, em partes, a hipótese dos informantes da Classe alta, no que diz respeito ao menor contato das pessoas pouco escolarizadas com as variedades de prestígio. De outra parte, comprova-se por parte de ambas as classes a existência de preconceito, principalmente para com as pessoas residentes nas regiões interioranas, seja de Chapecó ou de qualquer outra localidade, já que é quase generalizado o conceito de que as pessoas do campo fazem uso de variedades linguísticas “erradas”.

4.5.3 Análise dos dados gramaticais

No intuito de demonstrar que na prática a “língua padrão” não é falada integralmente por ninguém, elaboramos frases alternativas para que os informantes apontassem de que forma eles costumam utilizá-las no dia-a-dia. A intenção principal era desmistificar a ideia de que apenas as pessoas com baixo nível de escolaridade “não sabem falar” ou que existe apenas uma forma “correta” de falar o português brasileiro.

Nesse sentido, na questão 13 do questionário, os resultados apontaram maior proximidade entre a gramática normativa e as respostas provenientes da Cb. Para chegar a esses dados, buscamos identificar a predominância na utilização dos pronomes “eu/mim” antes de verbos; das formas de emprego dos verbos “chegar” (chegado/chego) e “pegar” (pegado/pego), bem como do verbo “fazer”, quando indica tempo decorrido (faz/fazem); das preposições “ao/no” e de “meio/meia” em frases específicas.

Dessa forma, na frase “*Pediram para eu/mim trazer o livro*”, apenas os informantes CaGII e CbGI disseram utilizar o pronome “eu”, ou seja, conforme reza a gramática. Já quando questionados “*Vou ao/no supermercado*”, os informantes CaGII M, CbGII M, CbGII F e CbGI M responderam usar “ao” enquanto que os entrevistados CaGII F, CaGI M, CaGI F e CbGI F declararam fazer uso de “no”. Portanto, é possível perceber que a Cb lidera o uso que condiz com a gramática normativa.

Por outro lado, quando questionados “*Ela está meio/meia triste*”, a maioria dos informantes disseram utilizar “meio”, com exceção do informante CbGII M e da informante CbGI F que responderam utilizar “meia”. Nesse caso, apenas os dois informantes da Cb realizaram a forma “meia”, supostamente por esse termo ser mais enfatizado nos ambientes acadêmicos como não condizente com o padrão gramatical.

Em relação à questão “*Ele tinha chegado/chego antes*”, a maior parte dos informantes disseram fazer uso de “chegado”, a não ser pelos informantes CaGI M e CbGII M que afirmaram realizar “chego”. Em contrapartida, quando se referiu ao caso “*Ela tinha pegado/pego atestado*”, apenas três entrevistados disseram usar “pegado”, enquanto que os informantes CaGII F, CaGI M, CaGI M, CbGII M, CbGI M declararam utilizar “pego”. Percebe-se aqui que a Ca utilizou quase que exclusivamente o termo “pego”, esse resultado pode configurar uma mudança em curso, pois a maioria dos informantes usa “pego” ao invés de “pegado”. Aliás, a informante CaGII afirmou durante o questionário, que a maioria das pessoas utilizam “pegado”, mas que, segundo ela, a forma “correta” seria “pego”.

Nesse sentido, é sabido que o verbo “pegar” aceita duas formas no passado: o particípio “pegado” e a forma irregular “pego”. Porém, de acordo com as regras gramaticais normativas, a forma “pegado” deve ser usada com os verbos “ter” e “haver” enquanto “pego” deve ser usada com os verbos “ser” e “estar”. Logo, de acordo com as normas, a correta construção da frase acima seria: “Ela tinha pegado atestado”.

Quanto ao uso do verbo “fazer” quando este indica tempo decorrido, na frase “*Faz/fazem cinco meses que eles estão morando aqui*”, houve a predominância de “faz”, contra três realizações de “fazem” pelos informantes CaGII F, CaGI M, e CbGI F. Essas realizações foram de informantes que representam majoritariamente a Ca, falantes legítimos da língua de prestígio. Entretanto, é sabido que o verbo “fazer”, na ideia de tempo decorrido, é um verbo impessoal e, portanto, deve permanecer no singular.

Para que haja maior visualização do todo, elaboramos a seguinte tabela referente aos dados acima descritos:

Uso dos termos gramaticais - Dimensão diastrática.

Questões	CaGII		CaGI		CbGII		CbGI	
	M	F	M	F	M	F	M	F
mim/eu	eu	mim	mim	mim	mim	mim	eu	mim
no/ao	ao	no	no	no	ao	ao	ao	no
meia/meio	meio	meio	meio	meio	meiA	meio	meio	meiA
chego/chegado	chegado	chegado	chego	chegado	chego	chegado	chegado	chegado
pego/pegado	pegado	pego	pego	pego	pego	pegado	pego	pegado
Fazem/faz	faz	fazem	fazem	faz	faz	faz	faz	fazem

Quadro 2: Uso dos termos gramaticais - Dimensão diastrática (fonte da autora).

No tocante aos dados coletados, chama a atenção o informante da CbGI M, que geralmente acompanha os informantes da Ca, ou seja, quando a maioria da Ca se expressa conforme a gramática, esse informante também o faz, e vice-versa. Nossa hipótese é de que o informante tenha contato constante com a Ca e, conseqüentemente, com a variedade de prestígio.

Sob essa ótica, Krug (2004, p. 19) salienta que “as mudanças linguísticas observadas são acrescidas de mudanças de hábitos e costumes, bem como do convívio com pessoas diferentes, da submissão a novas regras de vida e outras características que acabam afetando a língua e, conseqüentemente, a identidade dos jovens.”

4.5.4 Análise relacional dos dados

Ao analisar os dados a partir da dimensão diageracional obtivemos os seguintes resultados quanto ao emprego do fonema “r”: houve realização exclusiva do vibrante por parte da CaGII, enquanto que na CaGI ocorreu a predominância do velar. Esse resultado condiz com o esperado, pois é mais comum que a GI esteja acompanhando as mudanças linguísticas de forma mais ativa. Já na Cb ocorreu o contrário, o velar foi predominantemente utilizado pela CbGII ao passo que o vibrante prevaleceu na CbGI.

Porém, quando comparadas a CaGII e a CbGII, esta usou predominantemente o velar enquanto aquela utilizou o vibrante. Em relação à CaGI e CbGI, a Ca liderou o uso do velar ao passo que na Cb se sobressaiu o vibrante, conforme pode ser observado na tabela abaixo, a qual resulta das questões 1, 2 e 10 do questionário:

Uso da variável “r” - Dimensão diageracional.

	CaGII		CaGI		CbGII		CbGI	
	M	F	M	F	M	F	M	F
carro	R	R	h	h	h	h	h	R
carroça	R	R	h	h	h	R	R	R
terreno	R	R	h	r	h	R	R	r

Quadro3: Uso da variável “r” - Dimensão diageracional (fonte da autora).

Já a respeito da adequação da fala com as regras gramaticais, a partir de frases específicas já mencionadas, obtivemos oito realizações assertivas por parte da CaGII contra quatro da CaGI. De outro lado, houve empate entre a CbGII e a CbGI.

Quanto à dimensão diasssexual, no que diz respeito às formas de realização do fonema “r”, houve predominância do velar pelos homens e da vibrante múltipla pelas mulheres, divergindo, portanto, do esperado. Por outro lado, em relação à questão 11 do questionário, que envolve preconceito linguístico, a maioria dos informantes homens parece não saber ou prefere não opinar, com exceção do informante CaGII M, que apontou o emprego do tepe. Já as informantes mulheres apontaram vocabulários específicos como, por exemplo, “drento” e “home”, a não ser pelas informantes CbGII e CbGI que não souberam especificar.

Sobre a questão 12, quando interrogados a respeito do por que das variações linguísticas, os homens apontaram se tratar de marcas linguísticas típicas de moradores do interior, com pouco estudo, exceto o informante CaGII que disse ser originário das línguas faladas na infância. As mulheres, similarmente, atribuíram as variedades linguísticas à cultura familiar, à simplicidade de pessoas residentes no interior e à baixa escolarização.

No tocante ao rotacismo, apenas as duas informantes da Cb o realizaram, ao utilizarem as variações “pranta” e “arto”, das questões 3 e 7 do questionário. Da mesma forma, somente a informante CbGI F realizou a variação “oio” ao se referir ao vocábulo “olhos” da questão 6. Portanto, na dimensão diasssexual, as mulheres apresentaram duas realizações de rotacismo e uma de *yeísmo*, durante as respostas do questionário, enquanto os homens não tiveram nenhuma ocorrência.

A propósito, referente ao rotacismo, Bagno (2006, p. 47) salienta que “A gente ri de uma frase como ‘Cráudia fala ingrês e gosta de chicrete’, mas não ri de ‘A igreja de São Brás é perto da praia’, muito embora as palavras das duas frases tenham uma mesma explicação histórica.” Segundo o autor, há uma tendência natural na língua portuguesa em transformar o “L” em “R” nos encontros consonantais, ou seja, onde havia um “L” em latim, assim permaneceu em francês e em espanhol, mas se transformou em “R” no português. Como, por exemplo, a palavra “ecclesia”, originária do latim, que em francês se transformou em “église”, em espanhol “iglesia” e em português “igreja”.

Nesse sentido, Bagno explica que em obras de autores consagrados como Machado de Assis, José de Alencar e Luís de Camões é possível encontrar alternâncias de palavras como “flauta>frauta”, “floco>froco”. Isso se justifica porque na época, diferentemente de hoje, era permitido optar por uma das formas: “O próprio Camões, n’Os Lusíadas, escreve ora ingrês, ora inglês” (BAGNO, p. 46).

Isso tudo para dizer que, de acordo com o autor, as mudanças ocorridas na língua que padronizaram o “L” do latim em algumas palavras e o fenômeno do rotacismo em outras, podem ter sido meras opções ou tentativas de recuperação da forma latina original. Portanto, as pessoas que falam “pranta” em vez de “planta” estão seguindo a inclinação natural da língua, por não terem suficiente acesso à língua literária, que é a língua que se aprende na escola e é usada por pessoas importantes e poderosas. Dessa forma, como os hábitos linguísticos mudam constantemente, essas pessoas menos favorecidas continuam falando as variedades aprendidas no convívio familiar, que geralmente não acompanharam as inovações.

Finalmente, no que se refere especificamente às questões sobre o emprego das regras gramaticais, os homens obtiveram maior número de acertos. Esses dados divergem do esperado, pois, geralmente, as mulheres costumam utilizar com maior frequência as variedades prestigiadas. Nossa suposição é de que o resultado obtido nessa pesquisa pode ser decorrente do fato de que as mulheres informantes da Cb teriam menos contato com a língua de prestígio do que os homens informantes da Cb, provavelmente, pelo tipo de trabalho que

essas mulheres desempenham na sociedade, os quais oportunizam menor contato com essa variedade linguística.

5. Conclusão

De acordo com Martins (2014, p. 227), “a não consideração do que se entende por preconceito linguístico um preconceito é que o diferencia dos demais”. Esse conceito parece propício diante dos dados coletados neste trabalho, bem como nas inúmeras vezes em que presenciamos constrangimentos causados por preconceitos dessa natureza, dado que na sociedade em geral, o preconceito linguístico é naturalizado por conta da ideologia baseada nas gramáticas normativas, as quais ainda são base para o ensino de língua portuguesa no Brasil.

É normal e de direito que o indivíduo anseie por aprender a “língua culta”, de forma que possa dominá-la e adequá-la ao meio social. Porém, é sabido que a “padronização da língua” está para além da uniformização da língua falada para a escrita, já que tem relação direta com o preconceito linguístico e classes sociais. Conforme Cagliari (2000), quanto mais alta é a posição do sujeito na esfera social e quanto mais cultura este adquire, mais esse sujeito procura dominar a variedade de prestígio e, conseqüentemente, exige essa “padronização” dos demais, baseado na utopia da língua atrelada à gramática normativa, embora ele próprio não a domine plenamente.

Dessa forma, no tocante à nossa pesquisa, na dimensão diastrática, conforme esperávamos, de fato ocorreu preconceito linguístico da Classe alta para com a Classe baixa. Não obstante a isso, a própria Classe baixa apresentou preconceito para consigo mesma ao reproduzir conceitos que estão culturalmente enraizados na sociedade.

A esse respeito, chamou atenção de forma mais acentuada a informante CbGI F, que aponta suas próprias dificuldades em falar a variedade de prestígio local, afirmando “não saber falar”, “trocar as palavras”, falar “errado”. Nesse sentido, nas palavras de Cagliari (2000, p. 19), “o mais incrível é que as próprias vítimas dos preconceitos acabam se convencendo de que falam errado, de que não sabem pensar, enfim, de que não sabem falar”.

Por conseguinte, em síntese, no que se refere ao preconceito da Classe alta para com a Classe baixa, constatamos os mesmos apontes reproduzidos em massa na sociedade em geral, a não ser pelo informante CaGII M, que atribui o uso do tepe aos descendentes de imigrantes da região, conforme trecho já transcrito anteriormente. Apesar dessa constatação, o

informante caracteriza essa variedade do fonema “r” como “errada”, o que denota preconceito.

Já quanto à dimensão diasssexual, no que diz respeito à percepção das variedades linguísticas mais estigmatizadas no meio social, homens e mulheres deram respostas semelhantes, justificadas pela cultura, residência no campo e baixo nível de escolaridade. Da mesma forma, dados semelhantes foram colhidos no que se refere à dimensão diageracional, ou seja, tanto a Geração velha quanto a Geração nova apresentam percepções semelhantes quanto às variedades linguísticas.

Por outro lado, constatou-se que, no que tange especificamente às questões gramaticais do questionário, os dados apontaram maior distanciamento entre as respostas da Ca em relação à gramática normativa enquanto que a Cb esteve mais próxima das regras gramaticais. Esse resultado reafirma que o preconceito linguístico deve ser entendido como preconceito social, pois, de acordo com Bortoni-Ricardo (2005), se caracteriza como imposição linguística da classe dominante para com a classe dominada, fato decorrente de um processo histórico não estabelecido por acaso.

Dessa forma, percebe-se, portanto, que o preconceito linguístico é tão nocivo quanto os demais preconceitos e precisa ser cada vez mais discutido na sociedade, sobretudo na atualidade em que estamos vivendo um tempo de movimento explícito contra todas as formas de discriminações. Nas palavras de Bagno (2006, p. 37), quando na condição de “falantes escolarizados de uma variedade urbana culta”, rimos ou nos compadecemos de quem usa determinada variedade linguística estigmatizada, estamos afirmando que não pertencemos àquele grupo desprestigiado, ao contrário, “[...] queremos deixar bem clara a distância social, econômica e cultural que existe entre nós e aquele falante de não padrão. É daí que nasce o preconceito linguístico”.

Nesse sentido, cabe também a nós, parcela da sociedade consciente de que o preconceito linguístico é uma forma de discriminação e exclusão social, desconstruirmos conceitos e sermos vozes daqueles que são silenciados e que acreditam não terem condições de se comunicarem através de suas variedades linguísticas habituais. À vista disso, enfatiza-se que todas as variedades linguísticas são importantes, complexas e veículos operantes de comunicação e, para tal, o preconceito linguístico tem de ser objeto de discussão pública, conforme se contempla outras formas de preconceitos na sociedade (BAGNO, 1999).

Enfim, no que se refere à pesquisa, ressalta-se que o nível de escolaridade, que tem como consequência a desajustada distribuição de renda, pode influenciar nos hábitos

linguísticos, uma vez que o acesso à linguagem literária ainda é restrita apenas a uma parte da população. Dessa maneira, como já dito, determinadas regras da “língua culta” - diferentemente das demais variedades linguísticas aprendidas naturalmente e passadas de gerações para gerações – exigem memorização e treinamento, que geralmente são adquiridos na escola, através da forma escrita da língua.

Entretanto, como visto nessa pequena amostra, além do fator escolaridade, algumas das incidências de fenômenos linguísticos encontrados em Chapecó, são acrescidas das línguas em contato, como, por exemplo, as variantes do fonema “r”. Assim, parte das variedades aqui faladas – excetua-se o *yeísmo* e o rotacismo, que ocorrem também nas demais regiões do Brasil - são interferências de variedades italianas, alemãs e polonesas em contato com variedades do português brasileiro e não, exclusivamente, com questões relacionadas aos níveis de escolaridade e moradia no campo, conforme respostas coletadas nas entrevistas.

Por fim, entendemos como positivo o resultado dessa pesquisa, visto que foi possível evidenciar e discutir o preconceito linguístico, procurando desmistificar o conceito da língua “certa”, “culto”, “padrão”, homogênea e invariável, bem como este trabalho também pode ser fonte bibliográfica inspiradora de trabalhos futuros mais aprofundados na área.

REFERÊNCIAS

- ALTENHOFEN, Cléo Vilson. Migrações e contatos linguísticos na perspectiva da geolinguística pluridimensional e contatual. *Revista de Letras Norte@mentos Estudos Linguísticos*, Sinop, v. 6, n. 12, p. 31-52, jul./dez. 2013.
- BAGNO, Marcos. *Preconceito lingüístico: o que é, como se faz*. São Paulo: Ed. Loyola, 1999.
- _____. *A língua de Eulália: novela sociolinguística*. São Paulo: Contexto, 2006.
- BORELLA, Sabrina Gewehr. “Tu dampém fala assim?”: macroanálises pluridimensionais da variação de sonorização e dessonorização das oclusivas do português de falantes bilíngues hunsriqueano-português. *Tese de Doutorado. Porto Alegre: UFRGS, 2014*.
- BORTOLOTTI, Paula Cristina Merlo. O Talian na fala dos ítalo-brasileiros em Chapecó-SC e Pato Branco – PR: Manutenção e substituição dos termos de parentesco. 2015. 187 f. *Dissertação de Mestrado. Chapecó: UFFS, 2015*.
- BORTONI-RICARDO, S. M. *Nós chegemu na escola, e agora?: sociolinguística & educação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2005.
- CAGLIARI, Luiz Carlos. Variação e preconceito. *Textura. Revista do Centro de Educação, Ciências Humanas e Letras*, Canoas, RS, n. 2, p. 15-22, 2000.
- CÂMARA MUNICIPAL DE CHAPECÓ. <http://www.cmc.sc.gov.br/2012/index.php/o-municipio>.
- FARACO, Carlos Alberto. *Norma culta brasileira: desatando alguns nós*. São Paulo: Parábola, 2008.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antonio. *Por uma Pedagogia da Pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- HORST, Cristiane. A situação da alfabetização dos falantes de línguas de imigração no contexto brasileiro. *Revista Contingentia*, Vol. 4, No. 2, novembro 2009, 73–84.
- IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sc/chapeco/panorama>, acesso em 30/01/2018.
- KRUG, Marcelo Jacó. Identidade e comportamento lingüístico na percepção da comunidade plurilíngue alemão-italiano-português de Imigrante – RS. *Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFRGS, 2004*.
- MELLO, Heliana; ALTENHOFEN Cléo Vilson; RASO, Tommaso. (Orgs.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011, p.13 – 49.
- OLIVEIRA, Gilvan Müller de; ALTENHOFEN, Cléo Vilson. O in vitro e o in vivo na política da diversidade lingüística do Brasil: inserção e exclusão do plurilingüismo na educação e na sociedade. In: MELLO, Heliana; ALTENHOFEN, Cléo V.; RASO, Tommaso (orgs.). *Os contatos linguísticos no Brasil*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011. p. 187-216.

POSSENTI, Sírio. *Por que (não) ensinar gramática na escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil, 1996. (Coleção Leituras no Brasil).

RADIN, José Carlos. *Italianos e Ítalo-Brasileiros na colonização do Oeste Catarinense*. 2. Ed. Joaçaba: Edições UNOESC, 2001. 188 p.

SCHOLTZ, Adriana de Jesus. Identidade e comportamento linguístico nas comunidades de virmond e candói, no Paraná. *Dissertação de Mestrado*. Chapecó: UFFS, 2014.

SPESSATO, Mary Bortolanza. *Linguagem e colonização*. Chapecó: Argos, 2003.

THUN, Harald. Movilidad demográfica y dimensión topodinámica. Los montevidianos en Rivera. In: RADTKE, Edgar & THUN, Harald [Orgs.]. *Neue Wege der romanischen Geolinguistik: Akten des Symposiums zur empirischen Dialektologie*. Kiel : Westensee-Verl., 1996. p. 210-269.

_____. La geolingüística como lingüística variacional general (con ejemplos del *Atlas lingüístico Diatópico y Diastrático del Uruguay*). In: INTERNATIONAL CONGRESS OF ROMANCE LINGUISTICS AND PHILOLOGY (21: 1995: Palermo). Atti del XXI Congresso Internazionale di Linguistica e Filologia Romanza. Org. Giovanni Ruffino. Tubingen: Niemeyer, 1998b. v. 5, p. 701-729, 787 – 789.

_____. O comportamento linguístico dos brasiguaios no Paraguai visto a partir do material do Atlas Lingüístico Guaraní-Românico (ALGR). In: DIETRICH, Wolf / NOLL, Volker (org.). *O português do Brasil: perspectivas da pesquisa atual*. Madri / Frankfurt a.M.: Iberoamericana; Vervuert, 2004. p. 169-191 (Lingüística Luso-brasileira; v. 1.

_____. Pluridimensional cartographi. In: LAMELI, Alfred; KEHREIN, Roland & RABANUS, Christian. (eds.). *Language mapping*. Berlin: de Gruyter Mouton, 2010. p. 506-523.

RESUMEN

Con el presente trabajo se investiga la ocurrencia de prejuicio lingüístico a partir de la percepción y del habla de ocho informantes de la ciudad de Chapecó - SC. Para alcanzar nuestros objetivos, optamos por basar nuestras investigaciones y análisis en la teoría y metodología pluridimensional y relacional de Thun (1998). Para la recolección y el análisis de los datos, nuestros ocho informantes se dividieron en cuatro grupos, siguiendo los criterios de clase social, género y generación. Nuestros datos apuntan para un reconocimiento de la diversidad lingüística entre integrantes de la Clase alta (Ca) para con los de la Clase baja (Cb), mientras que la mayoría de los informantes de la Clase baja no perciben diferencias significativas. Cuanto al género y la generación, encontramos divergencias significativas en lo que se refiere a los jóvenes de la Clase baja en comparación con los demás grupos.

PALABRAS-CLAVE: Prejuicio lingüístico; Dialectología Pluridimensional.

APÊNDICE A - QUESTIONÁRIO PARA PESQUISA DE CAMPO

Identificação dos informantes

Informante: _____

Local de origem: _____

Local de residência: _____

Sexo: () masculino () feminino

Idade: () G1 _____ () GII _____

Escolaridade _____

Profissão/Ocupação: _____

Questões linguísticas e metalinguísticas

1. Popularmente, como chamamos o automóvel?
2. Que nome se dá ao meio de transporte que geralmente é puxado por bois?
3. O que o agricultor faz com as sementes?
4. O contrário de melhor é?
5. Qual é o feminino de homem?
6. Colírio é um produto para ser utilizado nos?
7. O contrário de baixo é?
8. O que não está fora da caixa está?
9. O dia clareia ao nascer do?
10. Que nome se dá aos lotes de terras na cidade, utilizados para construção de casas?
11. Há alguma coisa na forma de falar das pessoas que residem em Chapecó que te chama atenção?
12. Como você caracterizaria as pessoas que falam dessa forma: “pranta”, “muié”, “baro”, “caro”, “drento”?

13. Questões gramaticais

De que forma você costuma falar essas frases:

- a) Pediram para mim/eu trazer o livro.
- b) Vou no/ao supermercado.
- c) Ela está meia/meio triste.

- d) Ele tinha chego/chegado antes.
- e) Ela tinha pego/pegado atestado.
- f) Fazem/faz cinco meses que eles estão morando aqui.